

O papel dos elementos doutrinários no processo revelador cristão.

Uma pesquisa em autores contemporâneos.

R. PAIVA

THE ROLE OF THE DOCTRINAL ELEMENTS IN THE PROCESS OF CHRISTIAN REVELATION. A RESEARCH THROUGH MODERN AUTHORS.

Up to recent times, among catholics, Revelation was faced mainly as "doctrinal". Principally due to the contact with the theology of our separated brethren, in the last years, the characteristics of event, the meeting with Christ Himself, revealing Himself here and now, the mystery, were set in the first rank. A study of three catholic authors who dedicated themselves to the theology of Revelation, draws the conclusion that there exists a complex revelation process, where the doctrinal elements have their place, intimately linked with the way of being that is our own characteristic: either in the way of being human-individual (the word clearing up its own perception to the intelligence), or in the way of being human-social (the word, element of a personal intercommunication that fulfills, and also elements of a social cohesion). According to the economic "pedagogy of salvation".

Introdução:

Um católico comum tem o catecismo como peça de importância no edifício de suas convicções religiosas: o catecismo "da doutrina cristã" apresenta-se a seus olhos como um compêndio de "verdades reveladas" por Cristo. A própria Teologia talvez não fôsse mais, até bem pouco tempo, do que a apresentação desenvolvida do catecismo tridentino.

Anteriormente, na fase inicial da Igreja, o ensino, a dou-

trina era muito venerada. Duas das grandes obras da Antiguidade cristã se intitulam como deste caráter: "Didake" e "Didascalía Apostolorum".

Maior fundamentação desta constatação inicial (de que os elementos doutrinários sempre tiveram grande pêso no processo pelo qual o católico via chegar até êle a Revelação) parece desnecessária. Remetemo-nos à experiência generalizada.

Com efeito, o que aqui se pretende é, diante do grande apro-

fundamento (1) do conceito de Revelação entre teólogos que, hoje, se ocupam da teologia da Revelação, discernir qual o papel que se pode assinalar aos elementos doutrinários, entendidos em sentido amplo de **ensino eclesial**, isto é, formulação mais ou menos didática, escrita preponderantemente, mas também não-escrita, dogmática ou não, incluindo as mesmas Escrituras, no processo revelador de Deus Trino ao homem de agora.

De outro modo: um cristão católico bem sabe que tais e quais **proposições**, sintam-se êle alimentados por elas ou não, perceba entendê-las profundamente ou não, têm uma função em sua vida de Fé. Durante anos, por exemplo, sem saber muito bem, talvez, o significado da "comunhão dos santos", terá confessado êste artigo de Fé. Não julga tudo dever entender para poder crer. "Creio na Igreja Católica" parece cobrir os demais artigos. A Igreja é, para êle, "Mater et Magistra", continuação do Mestre.

Não tratamos aqui de distinguir e criticar a atitude descrita. A consideramos apenas enquanto ela dá mostra da importância que, de modo geral,

se atribui ao aspecto doutrinal da Revelação, e, de como, nas suas diversíssimas formas (artigos de Fé, dogmas, respostas dos catecismos, pregações...) êle tem projeção no contexto católico.

Com base em obras de especialistas atuais em Teologia da Revelação (2), que podemos dizer **sobre o lugar que o aspecto de doutrina ocupa no processo revelador sobrenatural?**

1) Papel da doutrina no processo revelador segundo R. Latourelle.

Revelação sobrenatural é palavra de Deus, manifestação de Seu pensamento ao homem, **comunicação inter-subjetiva**, de uma pessoa a outra, de um sujeito, — Deus Trino —, a outro: o homem (p. 379) (3).

Se a Revelação fôsse, contudo, **exclusivamente** inter-pessoal, para que haveria uma doutrina, um ensino comum, elemento que, mesmo à primeira vista, sem necessidade de maiores análises, parece supor, essencialmente, uma sociedade?

O A., sem colocar explicitamente a dificuldade, atende a ela considerando a Revelação no seu caráter social: ela é diri-

(1) aprofundamento êste que, de resto, nada tem de arbitrário, pois traduz apenas uma característica explícita consciente da riqueza extraordinária do processo revelador divino.

(2) Para fundamentar nossa pesquisa, escolhemos obras de três autores contemporâneos dedicadas à Teologia da Revelação, a saber:
LATOURELLE, René, S. J. — "Théologie de la Révélation" — Desclee de Brouwer, 1966; 2ème éd. revue et augmentée.
MORAN, Gabriel — "Teologia da Revelação", trad. de Cláudio Behmer, rev. por Adaury Fiorotti, Herder, S. Paulo, 1969.

SCHILLEBEECKX, E., o. p. — "Révélation et théologie", trad. P. Bourgy O. P. (Approches théologiques I), Du Cep, Bruxelles, 1965.
n. b. — trad. port.

"Revelação e Teologia", Edições Paulinas, S. Paulo, 1968.

(3) LATOURELLE: DS 3004 (1785) é citado para apoiar a afirmação de que a Revelação é manifestação do pensamento divino. Diz loc. cit.: "... attamen placuisse eius sapientiae et bonitati, alla eaque supernaturali, via se ipsum ac aeterna voluntatis suae decreta humano generi revelare..." (ex Vat. I, "De Fide", cap. II, "De Revelatione").

gida a indivíduos não como a entidades fechadas, mas como pertencentes a uma coletividade. É dirigida a indivíduos para que formem **comunhão** (p. 379).

Suas citações nos colocam em contato com textos do IV Concílio de Latrão e do Vaticano I (4). Podemos acrescentar-lhes, atualmente, o texto do Proêmio da "Dei Verbum" do Vaticano II, o qual utiliza o início da 1.^a carta de S. João (I Jo. 1, 2/3): "... o que vimos e ouvimos anunciamos a vós, para que tenhais comunhão conosco e nossa comunhão seja com o Pai e com seu Filho, Jesus, o Cristo."

Assim chegamos a descobrir o que o A. reconhece encontrar na Tradição magisterial: nela a Revelação é vista não como exclusivo contato do Espírito em nós, mas também como conjunto de verdades, que se oferecem a nós através de conceitos enucleados por Cristo, profetas e apóstolos. A Revelação é encarada, preponderantemente mesmo, como doutrinal e realista. Embora consciente de que as proposições formuladas pelo Magistério, e propostas a Fé do católico, não são exaustivas, a Igreja docente as propõe e formula como **definitivas**, — enquanto delineiam aspectos verdadeiros —, sempre condicionadas pelo ensino

apostólico. A Igreja aí fala da Revelação em sentido **objetivo**: ensino religioso, doutrina, depósito de verdades divinamente reveladas (p. 380) (5).

Por outro lado, sendo que cremos em Deus, segundo confessamos nos Símbolos, temos que a Fé não se termina na doutrina, no enunciado verbal, conceptual, mas atinge a realidade, o mistério mesmo. A doutrina, do ângulo dos sinais, é, para o crente, meio de afirmação da doutrina tomada do ângulo das realidades significadas (ibid.).

Expressando-se dêste modo não cremos que Latourelle tenha sido muito claro. Contudo é manifesta sua afirmação de que a Fé não se dirige a um enunciado verbal, a uma proposição, mas se termina na realidade do mistério mesmo. A doutrina, as formulações têm lugar de **meio** para tocarmos de algum modo o mistério no processo revelador.

Na reflexão que Latourelle faz seguir sobre a Revelação enquanto palavra, não encontramos elementos que determinem melhor a natureza dêsse meio. Contudo, podemos apreender que a Revelação é uma palavra de **testemunho** (p. 393s). Ora, o testemunho faz apêlo não só à inteligência, — como se dá no caso de uma demonstração —, mas também à

(4) a saber: DS 800 (428): "Haec sancta Trinitas, secundum communem essentiam individua et secundum personales proprietates discreta, primo per Moysen et sanctos Prophetas aliosque famulos suos, iuxta ordinatissimam dispositionem temporum, doctrinam humano generi tribuit salutarem." (ex. Lat. IV, "Definitio contra albigenses et catharos"); — DS 801 (429):

"... qui(n) etiam pro salute humani generis in ligno crucis passus et mortuus..." (id.); — DS 3004 (1785): "... se ipsum ac aeterna voluntatis suae decreta humano generi revelare..." (ex. Vat. I, loc. sup. cit.)

(5) LATOURELLE cita DS 800 (428); 801 (429); 1501 (783); 1520 (792a); 3006 (1787); 3020 (1800); 3459 (2059).

confiança, vontade, amor (p. 396). Desde aqui não poderíamos concluir que o aspecto doutrinal da Revelação não se deve conceber apenas como meio para a inteligência atingir o mistério? Parece-nos que sim.

Igualmente a consideração do A. de que a Fé não é submissão ao arbítrio de um Deus que se compraz em exigir a homenagem do espírito humano, mas abertura à amizade divina que nos convida a partilhar de sua própria vida (p. 402), nos suscita a idéia de que, tendo, num processo de amizade, seu péso especial aquêles conceitos emitidos pela pessoa estimada, enquanto exercem função insubstituível na comunicação inter-pessoal, e, por sua vez, sendo a Revelação, **uma comunicação inter-subjetiva** ela própria, seu aspecto doutrinal aparece então como **elemento requerido pelo próprio modo humano de comunicação**.

Em outras palavras: a Revelação é, certamente, acontecimento salvífico. Cumpre-se também por gestos salvíficos. A preparação do Antigo Testamento tem caráter histórico mais acentuado. Falta-lhe ainda a palavra humana de Cristo (elemento doutrinal) a explicar o plano do Pai. Para o A., esta palavra humana explicativa de Cristo dá uma fisionomia doutrinal mais manifesta ao Novo Testamento (p. 427). Portanto, Cristo é Mestre, ensina, doutrina enquanto sua palavra humana explica sua Presença, obras, gestos.

Há que considerar como, ao lado da explicação dos aconte-

cimentos da história da salvação, explicação que, pela riqueza intrínseca destes, constitui enunciado de toda a economia da salvação, encontramos largas exposições referindo menos imediatamente à história, e constituindo o mesmo objeto da Fé (p. 428). Explicação, exposições: aspecto doutrinal, notemos.

É manifesto, além do mais, que, para nós pessoas humanas, as ações só se tornam plenamente reveladoras pela **palavra**. Assim ela é o elemento formal, específico, determinante da Revelação sobrenatural (p. 424). A própria presença do Verbo incarnado é via de Revelação, mas não a acaba inteiramente, não constitui o objeto da Fé (p. 440). A Incarnação, os restantes eventos salvíficos, e os mistérios apenas são atestáveis pela palavra, para nós, como objetos do testemunho divino (p. 442). Sem ela permaneceriam ambíguos diante de nossa inquirição. A "vida pública" é essencial à "vida de Cristo".

Se aceita a posição que tomamos inicialmente, que faz confluir, de certo modo, num mesmo conceito, ensino comum eclesial, palavra escrita pelos autores inspirados e palavra humana de Cristo, — explicativa de sua Presença e gestos —, a palavra já é assim **elemento doutrinal**. A partir desta perspectiva não se deve proceder como se a doutrina fôsse algo extrínseco à Revelação, algo elaborado a partir dela, e posteriormente a ela, mas sim como **um seu aspecto constitu-**

tivo e intrínseco. Julgamos ver nas angulações de Latourelle fundamento suficiente e claro do que agora concluimos:

A doutrina cristã é pois palavra humana, garantida por Deus, que nos explica, — de modo a nós adequado, de modo correspondente ao nosso processo de comunicação com o outro —, através de Cristo, dos apóstolos, dos profetas, dos ministros da Igreja, de nossos irmãos na Fé, a economia da salvação.

Portanto, como há um só Deus, um só desígnio seu de salvação nossa, a doutrina só pode ser uma: a explicação dada por Cristo e pelos Apóstolos não pode ser superada porque há uma só explicação, embora muitos e muitos modos de manifestá-la através dos tempos. A explicação de agora deve concordar com a dos primeiros tempos. A dos primeiros tempos é “normativa” da de agora.

O A., porém, refere apenas a que, embora nosso conhecimento explícito atual da Igreja seja superior ao dos tempos apostólicos, o conhecimento da geração privilegiada, por sua intensidade, profundidade, riqueza de intuições, totalidade, é

único, inigualável, insuperável (cf. p. 450).

Talvez pudéssemos empregar menos qualificativos se partíssemos do fato de que a explicação do plano salvífico pelo seu mesmo divino Autor é, evidentemente, insuperável, e que os atos únicos de uma história, atos irrepetíveis, são objeto de um só testemunho de Deus. O fato único de Cristo cruzando nossa história não pode ser mais objeto de outro testemunho d'Ele e dos que cometeram e beberam com Ele.

O que agora se propõe à Fé da Igreja não é a experiência concreta da Pessoa de Cristo, mas o testemunho dos que a tiveram sobre o “facere” e o “docere” de Cristo. Testemunho concreto, incluindo modos de agir, práticas, ritos. Testemunho tornado assimilável pela graça interna iluminativa do Espírito (p. 452).

Assim a Revelação na sua forma atual e objetiva (não subjetiva) é um **testemunho doutrinal**, testemunho apostólico depositado na memória da Igreja (6). Ordem de conhecimento finalizada em ordem de vida (7).

(6) LATOURELLE, p. 452, cita: DS 596 (306): “Haec est aeterna praedestinatio futurorum operum Dei, quam, sicut nobis apostolica doctrina semper insinuari cognoscimus, sic etiam fidualiter praedicamus.” — DS 3070 (1836): “Neque enim Petri successoribus Spiritus Sanctus promissus est, ut eo revelante novam doctrinam patefacere, sed ut, eo assistente, traditam per Apostolos revelationem seu fidei depositum sancte custodirent et fideliter exponerent. Quorum quidem apostolicam doctrinam omnes venerabiles Patres amplexi et sancti Doctores orthodoxi venerati atque secuti sunt. . . .” — DS 3688 resume D 2204 que diz: “Prima Juris huiusmodi ratio in suprema magisterii auc-

toritate ac munere nititur quod divinus Ecclesiae Conditor eidem tradidit . . . : Data est mihi omnis potestas in coelo et in terra. Euntes ergo docete . . . usque ad consumationem saeculi (Mt. 28, 18—20). Huic magisterio Christus Dominus erroris immunitatem impertivit una cum mandatis docendi omnes doctrinam suam . . .”

(7) E cit. 2a 2ae q1 a2 ad 2: “. . . quod in Symbolo tanguntur ea de quibus est fides, inquantum ad ea terminatur actus credentis, ut ex ipso modo loquendi apparet: actus autem credentis non terminatur ad enuntiabile, sed ad rem: non enim formamus enuntiabile nisi ut per ea de rebus cognitionem habeamus, sicut in scientia, ita in fide.”

A palavra humana que ouvimos em Igreja, a doutrina, garantida pelo mesmo Espírito que atua em nós com a inspiração a crer, julga nossa experiência de Fé (p. 464). E essa doutrina não é mero sistema de pensamento, sim mensagem (eficaz) de salvação (p. 491).

Em consequência, escutar a Igreja é escutar a palavra, escrita e transmitida, compreendida e explicada em Igreja. Um aperfeiçoamento, modificação, entra justamente na parte de compreender e assimilar e explicar: a Revelação progride na inteligência dos membros da Igreja, individual e socialmente (pp. 493 e 495).

Para Latourelle, "conservar o depósito" significa guardar a integridade ("nada esquecer, nada acrescentar") de um depósito concebido como soma de verdades testemunhadas (8).

Entretanto, aqui já se começa a entrar no aspecto do desenvolvimento doutrinal, que escapa a nosso objetivo. Também não nos propusemos pesquisar a respeito do modo pelo qual é garantida a autenticidade da doutrina. Voltemos por isto a considerar o papel do aspecto doutrinal no processo revelador.

A doutrina, no sentido amplo que tomamos, é a **palavra humana de Deus vivo**, palavra enunciada por Cristo, pelos Apóstolos, pela Igreja, palavra que ouvimos, que se dirige à nossa inteligência para salvá-

la, não apenas ilustrá-la. Palavra de salvação, palavra que "engendra vivos" (p. 516).

Por êste motivo, apesar de ter falado de depósito como de soma de verdades atestadas, Latourelle explica que privar a Revelação de seu caráter salvífico seria dar razão aos que acusam a nós, católicos, de reduzi-la a um conjunto de afirmações propostas ao espírito humano (ibid.)

Ora, a Revelação é uma realidade muito rica. Corremos o risco de, quando a estudamos, acentuar ou esquecer um dos seus aspectos em detrimento da visão do todo. Assim alertando-nos, o A. propõe quatro aspectos essenciais da Revelação (9).

Entre êles alinha-se a Revelação-conhecimento (testemunho, mensagem, doutrina). Por que tal aspecto? Por ser condição para que se cumpra o desígnio de Deus de nos associar, de nos aliar a seu projeto de vida. Sendo o homem criatura livre e inteligente, conforme seu Modelo, não poderia realizar esta associação livre e inteligentemente, sem com antecedência conhecer o desígnio de salvação (p. 524).

Por esta razão, Cristo prefere discursos inteligíveis: fala, prega, ensina, testemunha. Por esta mesma razão, os Apóstolos testemunham, pregam, ensinam, falam (p. 474).

Mal haveria em separar a Mensagem da pessoa do Men-

(8) LAT. op. cit. p. 494: "Conserver de dépôt, cela signifie le garder intègre, ne rien laisser tomber dans l'oubli, mais aussi rien ajouter à la somme des vérités attestées..."

(9) LAT. op. cit. p. 524. a saber.

1. Mistério e ação divina;
2. Acontecimento;
3. Conhecimento: testemunho, mensagem, palavra, doutrina;
4. Encontro.

sageiro, o Cristo, isolando um elemento, embora essencial, do processo rico e vasto da Revelação. Assim sendo, o A. sublinha a **inseparabilidade** entre Mensagem e Mensageiro: trata-se da Revelação-encontro (p. 525).

Nos "paradoxos" (pp. 526 a 530) ou tensões entre os vários aspectos reconhecidos como essenciais no processo revelador, Latourelle não deixa de incluir, coerentemente, a tensão entre o caráter noético e o dinamismo da palavra, "dabar" divino: não há Revelação de Deus sem Revelação sobre Deus. E a Revelação sobre Deus é doutrina (p. 526).

Mas a Fé nunca termina nos enunciados doutriniais: atinge, através deles, a Pessoa que se revela por eles, com eles. Essa Pessoa é acontecimento "passado e Presença atual. Pelo que estamos diante de outro "paradoxo" (p. 527).

Em resumo:

A doutrina não é algo posterior à Revelação, e a Revelação não é algo passado que chega até nós: a doutrina é elemento **intrínseco** do processo revelador, o qual é algo **sempre presente**, de várias maneiras, a cada geração, a cada indivíduo: "Luz que brilha sobre todo homem que vem a este mundo" (Jo 1, 9).

A doutrina não é **objeto** da Fé propriamente, sim um **meio** de atingirmos o objeto da Fé: cremos em Deus primária e diretamente.

A existência e o uso de tal meio se justifica duplamente: tanto ao considerarmos que o desígnio salvífico inclui uma dimensão social, eclesial, quanto se refletimos sobre o caráter da comunicação inter-pessoal a nível humano, não angelical.

A doutrina é tanto algo definitivado pela tradução humana da Palavra eterna, Cristo, como algo sempre reatualizado, — a cada geração —, em Igreja, em assembléia, em congregação visível inspirada pelo Espírito.

Parece-nos que faltou uma visão mais sintética a esta obra de Latourelle. Cremos ser mais fácil encontrá-la na que passamos a examinar.

II) Papel da doutrina no processo revelador segundo Gabriel MORAN.

Moran tem na devida conta o impacto que o pensamento protestante teve sobre a teologia católica nestas últimas décadas. Foram os irmãos separados que se assinalaram por uma rejeição marcante de tudo quanto pudesse parecer reduzir o processo revelador à transmissão de uma série de proposições. Eles puseram em relêvo os aspectos de ação, evento, conflito, interpelação, e colocaram conhecimento, verdade, doutrina, a serem admitidos, em plano secundário (p. 31).

A teologia católica retém com firmeza o dado de que a Revelação foi concluída, completada, constituída como "depósito

to" na geração apostólica. Simultaneamente, contudo, afirma que o chamado de Deus não cessa, que a Revelação permanece em toda sua eficácia e verdade. Mas tal colocação deixa a imagem de que a Revelação é uma coletânea de verdades, ensinamentos, fatos históricos, definitivamente fixados no passado, depósito já constituído, a transmitir-se **de geração em geração**. Ela, agora, esforça-se por expressar-se de modo a não favorecer a errônea noção de Revelação-coletânea-de-verdades que passa de mão em mão (p. 57s).

Com efeito, pode ficar a impressão de que a Revelação nos chega por um mero processo de **transmissão cultural**, que a missão de Cristo, Revelador do Pai, é algo do passado, que o Espírito Santo não passa de assegurador da não-corrupção da mensagem (como que um "caldo de cultura" próprio).

Ora, uma Fé que seja pessoal, social e histórica não pode surgir de narrativas do passado. É resultado, sim, da **ação atual de Deus atuante**, de auto-revelação presente e real de Cristo glorioso através de Cristo na Igreja (p. 86). Cristo, ontem, hoje e sempre é Quem revela.

Tal concepção não é arbitrária. Ela se fundamenta, parece-nos, exegética e doutrinalmente. Cristo mesmo é Quem revela o Pai. É o Revelador. E a Revelação é Ele próprio (cf.

(10) Leia-se em MORAN, op. cit., p. 80ss, o § "Plenitude de Revelação: Cristo glorificado". Aqui nos limitamos a aludir à fundamentação do A. para não nos desviarmos demasiado do nosso objetivo. Com efeito, desenvol-

vg. Jo. 14, 9) (10). A partir de tal perspectiva cristocêntrica é necessário reexaminar o papel do aspecto doutrinal no cristianismo.

A **expressão objetiva**, num processo de comunicação entre pessoas humanas, constitui uma necessidade. Expressando-nos, revelamos algo de um para outro. Expressando-nos, clarificamos, diante de nós próprios, nossa própria experiência (p. 103).

De outro modo: a linguagem não é exclusiva "expressão do pensamento", mas também meio de dar forma ao pensamento (p. 117). Consideremos a clássica experiência do desabafo: quando desabafa, o homem percebe também que as idéias se concatenam e esclarecem.

Por aqui se pode compreender como o Senhor Jesus falou, os Apóstolos ouviram-no, e, ao irem transmitindo a palavra ouvida, iam adquirindo **maior inteligência dela**, sempre sob a assistência ativa do Espírito Santo. O que dá conta de porque toda a primeira geração foi necessária à constituição do depósito (p. 101). O Espírito não falava de si próprio, mas fazia com que, os primeiros dos nossos, na Igreja nascente, recordassem e interpretassem, à medida em que iam vivendo e transmitindo o recebido, quanto o Senhor Jesus comunicara por palavras, exemplos e obras (p. 103).

ver tal assunto seria dar conta de toda a Teologia da Salvação. Ora, nossa pesquisa se limita a verificar qual o papel do aspecto doutrinal no processo revelador.

Desta maneira constituiu-se o “depósito da Fé”. A sua função é de assegurar o **reconhecimento do Espírito enviado por Cristo** (p. 104). Ele é regra, critério, norma de Fé. Portanto: Cristo, desde o princípio e para sempre, é o Verbo de Deus, Palavra de Deus, Revelador de Deus, Revelação de Deus. Sua posição é axial. O Consolador, o Espírito Santo, atua também continuamente, no sentido acima referido. Para que reconheçêssemos sua ação divina, para que o discerníssemos, foi constituído o “depósito”.

A vantagem de tal concepção cristocêntrica, mais atenta e refletida, é a de que passamos a compreender sem maiores dificuldades as **variantes** existentes no testemunho apostólico. Elas não representam várias gradações de corrupção da palavra imediatamente proferida por Cristo, que — esta sim! —, seria a “autêntica” revelação (p. 106). Aliás, a não ocorrerem as coisas deste modo, podemos acrescentar, Cristo certamente teria escolhido para se incarnar não o século de Augusto, mas algum outro depois da invenção do gravador de fita, que lhe conservaria materialmente as palavras como nenhuma pessoa humana o poderia fazer: até na entoação! Mas a realidade é que escolheu o tempo dos céares. Comunicou-se a homens. **Confiou nos homens**. Chamou-os a participarem de sua vida e de sua obra. Como Mestre instruiu-os, e enviou-lhes seu Espírito ao ir prepa-

rar-lhes lugares na Casa Paterna (Jo. 16).

Vivendo cristãmente, refletindo cristãmente, pregando cristãmente, **em Igreja** (comunidade organizada sob a ação do Espírito), eles, — a geração dos testemunhas imediatos de Cristo Jesus, Verbo de Deus feito carne que habitou entre nós —, constituíram a **expressão objetiva da Revelação**, de modo bem adequado a nossa humanidade. Isto é: progressivo, diversificado, muito dissemelhante a processos mecânicos. Cristo revelou-se a homens, reuniu-os em comunidade, não os deixou órfãos, e garantiu-lhes, quando os libertou, não uma situação de “máquinas registradoras”, mas atuação condigna à sua espécie: racional e livre. Por isso Lucas difere de João, e Paulo discorda de Barnabé a propósito de João Marcos, resiste também a Pedro face à face...

Não há uma “palavra primitiva autêntica” que os homens corrompem (a palavra de Deus não passa). Há, sim, uma palavra original, viva, comunicada a homens vivos, a eles confiada. Esta palavra não só foi confiada, no passado. É nos confiada, agora. Sê-lo-á, sempre. A experiência vital da Revelação pode continuar para cada homem, pois o “depósito” assegura que todos nos encontremos na mesma Revelação, com o mesmo Cristo. Por trás dos Apóstolos, — diz Moran —, junto deles, preferiríamos dizer —, está Cristo, o qual recebeu a Palavra de Deus, — o Verbo —,

com um máximo, não com um mínimo, de receptividade humana (11).

Não se deve conceber, dêste modo, a Revelação, em primeiro lugar, como formada por palavras. Ela deve ser vista como um **processo vivo**, (comunicação viva de Deus vivo a homens vivos), no qual as palavras têm sua posição, seu momento. A Revelação é recebida pelos cristãos não de homens ou de livros, mas **do Espírito Santo que habita nêles** (p. 107).

Há, notemos, o claro perigo de cairmos em erros ao reagirmos contra a noção de Fé como "retenção de doutrinas verdadeiras", a menos que aprofundemos realmente a questão da Revelação. Neste caso a reação será benéfica (p. 108).

Este aprofundamento não se encontra na linha da valorização do aspecto cognoscitivo, doutrinário, em detrimento dos demais. Trata-se de conhecer, cada vez mais, de modo mais e mais adequado a quem conhece, pois neste conhecer está a vida eterna (p. 109; cf. tb. Jo, 17, 3).

No **aspecto cognoscitivo** da Revelação, aspecto imprescindível a toda comunicação pessoal humana, segundo já consideramos, segundo Moran, estão incluídas as palavras "físicas" de Cristo. Ora, essas pa-

lavras "físicas" não são nem idênticas à pessoa de Cristo, nem totalmente distintas (p. 113). Isto porque, se bem atendermos, são **expressão própria** de Cristo. Não são apenas palavras "a respeito de Deus"; nem simplesmente palavras "de Deus". **Constituíam elemento objetivo** no processo revelador. Processo que inclui o homem como participante (colaborador e receptor). No processo revelador de Deus ao homem há um "momento de objetivação" (p. 113s.)

Precisamos recordar o que já se expôs acima, a saber: a expressão objetiva é para nós, homens, duplamente necessária: tanto para revelar algo de alguém para alguém, como para que cada qual, na auto-expressão, tenha clarificada a própria experiência. Assim, se o processo de comunicação inclui o homem, tem de incluir o momento de expressão objetiva. Neste momento está a **doutrina**.

Por estas razões, enquanto as palavras apostólicas são parte do processo de Revelação de Deus (isto é, da maneira pela qual, de modo adequado ao homem, Deus se revela a si próprio a um homem concreto), elas são palavras que têm a capacidade de conduzir o ouvinte a um encontro face a face com Cristo (cf. Gal. 3, 1), de dar-

(11) MORAN, op. cit., p. 106, n. 25, donde destacamos a seguinte passagem: "A Escritura e os ensinamentos da Igreja não são acréscimos humanos a uma palavra pura recebida pelos apóstolos. São testemunhos, discernimentos e indicadores da Palavra recebida pelo homem Jesus. Nesta concepção da Revelação não se pode supor que o elemento humano seja sempre corruptivo, nem que o ideal consista em haver um mínimo possível de ele-

mento humano... por trás dos apóstolos está Cristo que recebeu a palavra de Deus com um máximo, não com um mínimo de receptividade humana". O A, refuta Oscar CULLMANN em "Scripture and Tradition" em "Christianity Divided", ed. por Daniel CALLAHAN e outros, Sheed and Ward, N. Y., 1966, p. 16: "O elemento humano está (na Escritura apostólica) reduzido a um mínimo inevitável..."

lhe a participação da sabedoria própria do Filho (cf. Flp. 2, 5). As palavras apostólicas são **escriturizadas** para registro e conservação, objetivo inatingido pela palavra oral (p. 114) (12). No processo de comunicação da Palavra de Deus, Verbo Eterno, Cristo, aos homens, a pregação e a Escrituração são **mediação** para a Fé no Senhor ressuscitado (p. 115).

Se, na verdade, esta objetivação (pregação, Escritura: doutrina em sentido amplo) é necessária, daqui não se segue que seja **totalizante** da experiência que o homem tem de Deus revelante. Ela é incompleta, sob tal ponto de vista (13). A expressão objetiva ajuda a completar a experiência, e, simultaneamente, "tem significado mais amplo do que em si mesma" (p. 125).

Para penetrar no sentido desta última afirmação de Moran, requer-se que o acompanhamos por mais duas páginas (pp. 126/7). Ele chama a atenção para a distinção que se deve ter presente entre dois tipos de linguagem: a linguagem lógica, matemática, e uma linguagem dita "de intimidade". Do primeiro tipo pode-se dizer que **esgota** o conteúdo a transmitir, que expressa tudo o que há a expressar. Do segundo tipo é preciso considerar que, expressando um conteúdo, **indica** algo além.

Exemplificamos: quando alguém diz a outra pessoa "Eu te amo", indica um estado e um dinamismo pessoais, mas não diz "tudo", nem o pode pretender dizer. Apenas "aponta a", "refere a", "indica" algo que o outro, **necessariamente**, precisa compreender por experiência própria, extremamente íntima: o amor. Já uma expressão matemática exprime quanto deveria exprimir: — " $2 \times 3 = 6$ ".

O pensamento essencial do A. aparece com maior nitidez, porém, quando insiste em fazer notar que as palavras que expressam a Revelação (escritas ou faladas, ontem ou hoje: doutrina no sentido mais amplo) não são um "registro histórico", notas de arquivo sobre algo irrevogavelmente pretérito, acontecimento revelador anterior a nós, mas que elas são elemento constituinte da Revelação (p. 133). Isto é: o aspecto doutrinal não é um "registro histórico", mas **parte atuante da Revelação presente**.

Temos sempre de conservar presente que Cristo revela, em si mesmo, o Pai, ou, se preferirmos, que o Pai se revela em Cristo, Verbo incarnado. Cristo, Palavra por excelência, é a Revelação por excelência. O Espírito move os homens ao encontro com Cristo vivo eternamente, eternamente Revelação do Pai.

(12) Os hagiógrafos do NT não parecem ter a intenção de registrar, mas, de fato, alcançaram-no. Resta que, ao recorrerem à palavra escrita, pretendiam conseguir efeitos que, no momento, superavam as possibilidades da palavra falada, por exemplo, pela

distância geográfica, que tornava impraticável a comunicação direta.

(13) Assim S. João afirma que nem todos os livros do mundo dariam para narrar o que Cristo fizera e dissera (cf. Jo. 21, 25).

Nesta perspectiva temos Cristo **agora relevante** (Cristo sempre Verbo), e a Fé como aceitação de Cristo (realmente, não em sentido metafórico!). Caso contrário a Fé se apresentaria como tão somente aceitação da narrativa de fatos passados num ensino presente externo (p. 140). Então parece-nos de extrema dificuldade conceber que tipo de Fé pode ter um cristão cujo conhecimento de tais fatos fôsse ínfimo, ou bastante equivocado. Opostamente, fica fácil entender como a Fé coexiste com conhecimentos de muito variável profundidade, mais ou menos explícitos (até mesmo "implícitos") a respeito daquilo que se resume e sintetiza nos artigos do Credo.

De tal ângulo, a Igreja aparece como prolongamento de Cristo não só "histórico", mas sobretudo de **Cristo vivo agora**, Cristo glorioso, celestial, Cristo que é "Aquêle que é" (p. 141).

Assim sendo a Revelação nunca pode ser tida como "coisa", objeto ("depósito" em sentido muito grosseiro), que se possa colocar a um canto e conservado intacto. Algo de inanimado que se custodia (p. 146).

A Igreja faz corpo com Cristo celestial, atualmente: cremos que desde aqui fica mais inteligível o processo revelador para os que não confessam conosco o Credo. Podemos, com efeito, entender um encontro e aceitação **reais** da pessoa de Cristo, por parte de alguém pa-

ra o qual o processo revelador ainda tende à plenitude, ao encontro do Verbo incarnado que fala do plano de salvação do Pai e promete o Espírito, reunindo-nos em Igreja. Podemos melhor entender o desenrolar-se da história de nossa salvação em suas várias etapas (cfr. Heb. 1, 1—2; cf. tb. Vat. II, const. "Dei Verbum" n.º 3). Como quanto mais conhecimento de Cristo, e mais cedo, houver será melhor, porque êste conhecimento é a vida eterna (Jo 17, 3), comunhão a existir entre nós e com a Santíssima Trindade (cf. 1 Jo. 1, 1), então, verdadeiramente, "ai de nós se não evangelizarmos!" (I Cor. 9, 16). Seremos como o servo mau e preguiçoso que não fêz render os talentos recebidos do seu amo. O cristão que, de algum modo, não evangeliza, afasta-se da Boa Nova.

Os Sacramentos, neste quadro, são "como brilhante clarão no mistério da Revelação que ocorre atualmente" (p. 153). Sobretudo isto é verdade, segundo pensamos, quanto à Eucaristia: Cristo glorioso que se entrega a cada um de nós agora. É a própria Palavra, a Revelação mesma disponível na Igreja pela Presença viva eucarística, afirma Moran, citando Von Balthazar (14).

Bem se vê que a insistência unilateral sobre a doutrina pode resultar numa redução simplista da Revelação a objetos e verdades inculcadas pela Igreja, e a Fé a uma aceitação de

(14) MORAN, op. cit., p. 154 cit. von BALTHAZAR, "Worde and Revelation", p. 20 (não se indica nem no lugar, nem na bibliografia, a edição), a saber: "A palavra da Revelação ultrapassa

infinitamente tudo o que a palavra de testemunho pode conter, e esta superabundância se torna disponível à Igreja na presença divina."

fórmulas doutriniais (p. 161). A Fé não pode ser aceitação de fórmulas que não atingem intimamente o homem. Ele aceita a **Deus. Aceita a Palavra de Deus** ("em ato" ou "em potência", podemos distinguir, julgamos). Ora, o fato de Deus falar inclui um aspecto doutrinal (p. 162). Donde a necessária aceitação também do elemento doutrinal a quem chega a se deparar com a plenitude da Revelação: **Cristo incarnado que nos fala.**

Sobre o aspecto doutrinal, Moran, que frisou seu caráter de meio, e lhe aplicou a categoria de linguagem "de intimidade", precisa mais ao observar que os conceitos são inadequados ao que é pessoal (a Escolástica diria o mesmo utilizando a distinção "universal" e "singular"). É certo também que tudo quanto possa ser colocado em afirmações humanas não é mistério. Ora, a Revelação é justamente Revelação do Mistério de Cristo (p. 163). Creemos em Deus, não na doutrina, porém a doutrina coloca-se como meio no processo revelador **por nossa causa**, por causa do nosso modo de ser e de comunicar.

Por conseguinte a Fé é, primeiramente, a aceitação de Deus. A Revelação é manifestação do Pai, que atinge a plenitude em Cristo. Mas Cristo, Revelador e Revelação, não deixa de ser Revelante e Revelado, Pessoa e Mistério, pois é sempre Pessoa divina. Mas, se Deus nos fala, necessariamente há um ensino e uma doutrina. Se as palavras, idéias, proposições

são instrumento limitados, nem por isto deixam de ser meios privilegiados pelos quais as pessoas humanas comunicam suas experiências entre si, e tomam mesmo consciência plena da própria existência (p. 166): o que nos mostra a conveniência do Verbo humanado empregá-los.

A realidade a ser revelada, comunicada, no caso, é **Deus**. Ultrapassa a toda palavra, idéia, proposição (verdadeiras), e tem sua compreensão propiciada através delas: de modo que se verifica a utilização (nas Escrituras, no ensino eclesial) de muitas sentenças verdadeiras, as quais, no entanto, variam em sua capacidade de comunicar. No esforço de comunicar, quem se encarrega de fazê-lo cresce na experiência pessoal da Revelação (p. 166). O que explica, já o consideramos, a existência de um verdadeiro "desenvolvimento doutrinal", já verificável na geração apostólica.

Este processo (querido por Deus) é certamente **humano**: inclui aceitação, compreensão e interpretação humanas. Tais realidades são intrínsecas à própria Revelação (p. 167). Sempre estamos diante da Revelação de Deus Trino a cada homem que vem a este mundo.

Até agora, Moran se baseia mais, quando dá indicações a respeito do aspecto doutrinal, na natureza das relações humanas, inter-pessoais. Porém ele não esquece de refletir que sem palavra externa (aspecto doutrinal) não é possível um conhecimento **social** (p. 174).

Sem ela, a Revelação não poderia dirigir-se às inteligências para pô-las em comunhão.

As fórmulas doutrinárias são sinais. Correspondem a nossa dimensão externa, corpórea (p. 175). São norma para o cristão individual, resumo próprio para a oração, resumo inteligível da Revelação, que, reitera Moran, vai além de quaisquer palavras (p. 176).

Porque há essa superação da realidade relativamente às palavras externas (doutrina), são de censurar:

— os pastôres negligentes, que pensam transmitir automaticamente a Revelação quando fazem saber o Credo e a doutrina;

— os heresiarcas, que reduzem a Revelação a um sistema lógico (p. 172).

A aplicação pastoral do que fica dito parece ser que tratemos a Revelação com respeito infinito: Ela é a Realidade viva, Realidade divina, livre, soberana em comunicação conosco, homens.

Como resumo:

— a Revelação não pode ser reduzida a uma coletânea de verdades, ao aspecto doutrinário, a fórmulas dogmáticas. Ela é dada na Pessoa, no Mistério de Cristo. É Revelação de Deus por Deus conosco, Emanuel.

— porque se dirige a pessoas humanas, não a anjos, ela inclui palavra exterior sobre Deus, doutrina, a qual desempenha variadas funções, a começar, talvez, da social.

Grande erro seria deixar de ter em conta tanto que a Realidade revelada supera tôdas as nossas palavras, quanto que nossas palavras — embora muito verdadeiras —, por inadequação à realidade infinita, não “contêm a verdade”, segundo o modo lógico ou matemático, mas sim relacionam a inteligência a ela, propiciando humana compreensão, progressivamente aprofundada.

— tais conseqüências decorrem de nossa humanidade e corporeidade. Não há que temer corrupção: os elementos humanos e corpóreos no processo revelador são queridos, no sentido mais rico do termo, por Deus revelante.

Portanto, a doutrina é algo de intrínseco à Revelação, sem ser tôda a Revelação. Possui o “status” de meio e de sinal.

Como comentário permitimo-nos observar que Moran nos parece facilitar maior penetração no problema do que Latourelle. Ambos, contudo, assinalam destacadamente:

a) como o aspecto doutrinário está intimamente ligado à natureza do homem, às conveniências do modo de ser e comunicar do receptor ativo da Revelação, tanto enquanto pessoa individual, como enquanto pessoa social;

b) a riqueza de acepções coberta pelo conceito de Revelação. Em termos escolásticos poderíamos dizer que a Revelação é termo análogo, nem equívoco, nem unívoco. Preferimos, por isto mesmo, recorrer várias vezes à expressão “processo revelador”, pois julgamos

que tem a vantagem de evocar, mas imediatamente, a idéia de um conjunto orgânico e dinâmico, dotado de momentos distintos.

III) Papel da doutrina no processo revelador segundo E. Schillebeeckx.

Nosso A. parte da Revelação enquanto Escritura, mais particularmente do **Nôvo Testamento**. Em primeiro lugar registra sua posição singular: êle constitui, sob garantia divina, a expressão do contato **único** ("einmalig") dos Apóstolos com a realidade terrestre e gloriosa de Cristo. Neste contato único, o desígnio de salvação do Pai foi definitivamente expresso. Pode-se afirmar a clausura da Revelação pública com o fim da geração apostólica, pois o grande acontecimento da Ressurreição está realizado de uma vez para sempre (p. 17).

Com efeito, S. Paulo anemaliza quem quer que evangelize os Gálatas ultrapassando o recebido (c. Gál. 1, 8—9). Manifesta-se a consciência do Apóstolo a respeito do caráter transcendente e único da comunicação de Deus aos homens no Filho, cuja expressão é a **pregação apostólica** (feita pelos Apóstolos diretamente ou na Igreja sob sua direção), e que se objetiva, também, em escrituras. Maior comunicação do que esta, pelo Verbo incarnado, por palavras, obras e exemplo, é impensável: **Êle a nós, seus amigos, disse tudo** (cf. Jo. 15, 15).

Em esquema: o Verbo é a expressão perfeita do Pai. Incarnada, esta expressão contata com os homens, em particular com os Apóstolos. A expressão escrita dêste contato é o **Nôvo Testamento**, garantido por Deus e por Deus querido.

A verdade, porém, não a vamos encontrar primeira e formalmente (determinantemente) num livro, mas **no espírito da comunidade viva**, enquanto ela é orientada para a realidade, que é a verdade. A ligação da comunidade com a realidade, que é a verdade. A ligação da comunidade com a realidade vital, — Cristo —, garante a verdadeira salvação, conteúdo de vida de Fé para toda a comunidade, a Igreja, a qual, então sim, reconhece seu espírito em tais e quais escritos, que formam, conseqüentemente, suas Escrituras. Esta expressão escrita, sem esgotar a verdade, assegura ao fiel um dinamismo que remete, intrinsecamente, à realidade viva e verdadeira. As Escrituras significam mais do que o sentido imediatamente analisável das palavras (p. 18).

Parece-nos que podemos dizer o mesmo do seguinte modo: a Revelação é Cristo vivo agora. A ligação com Êle assegura a verdade na Igreja, verdade que salva, verdade viva, o "estar com Cristo". A expressão escrita desta vida não a esgota, evidentemente, mas a **indica**, remete eficazmente a ela.

A partir dos textos escriturísticos, a graça da Fé nos faz "simpatizar" com o **senso divino** das palavras humanas es-

critas, ultrapassando o sentido imediato, gramatical. Porém, é preciso que tenhamos clara consciência de que esta palavra escrita, expressão da Fé, não é expressão plenamente adequada (p. 19). O Mistério revelado resta Mistério.

Passa então o A. a abranger horizonte mais vasto: a tradição apostólica escrita é um sinal desta realidade insondável de Cristo, e sinal eficaz, — “sacramento da Fé” nas palavras com que o Nissen definiu a “primeira tradição”. Unida a esta tradição apostólica escrita, está a “tradição apostólica não-escrita” (quer dizer: oral, litúrgica, modo de vida, caridade...), a qual faz com que o homem de Fé entre em contato não apenas com a palavra apostólica escrita, mas com a realidade por ela significada (p. 20).

Em consequência, o contato real com Cristo coloca-se no centro de perspectiva. As palavras, quer sejam escritas, quer vividas, são meio (como para Latourelle e Moran) pelo qual o homem se torna consciente de tal contato. Sendo sinal eficaz, o A. não hesita em denominá-lo “sacramento”.

O que os Apóstolos nos entregaram (observamos: diretamente, ou em Igreja, sob sua direção), a “paradosis”, é tradição apostólica e bíblica, realidade salvífica e mensagem de salvação escrita (p. 21) (15). É transmitida a nós não como

uma palavra sobre Deus, mas sim “a palavra que Deus pronunciou em Cristo”, palavra de Deus em Jesus Cristo (16). Serviço apostólico é serviço da palavra (cf. At. 6, 2 a 4), e palavra-fôrça, energia (cf. Rom. 1, 16): sinal eficaz. Assim a graça da Fé não nos é dada apenas por ocasião do serviço da palavra, mas este serviço mesmo possui, intrinsecamente, potência divina (p. 43).

Em resumo:

Do exposto concluímos que:

— o aspecto doutrinal aparece valorizado e definido nesta obra de Schillebeeckx com a designação de “sacramento”. Escritura e pregação, unidas, expressam o contato de Deus com o homem, de Deus feito homem conosco, de Cristo com os Apóstolos, do Filho com seus amigos e testemunhas. Elas são sinal deste contato vivo e real, e não qualquer sinal, mero símbolo, no sentido fraco do termo, mas símbolo eficiente, dinâmico: sinal-fôrça.

— a verdade está no espírito, no contato vivo com a realidade viva, “primeira e formalmente”. Só por via de consequência, por assim dizer, ela está, garantida divinamente, na expressão objetiva eclesial (Escrituras, pregação, vida litúrgica, moral e de caridade...).

Tôda a primazia é dada, também aqui, a Cristo. É Ele o Re-

(15) É cit. S. Inácio de Antioquia, que recomenda aos cristãos de Filadélfia ir às Escrituras “tanquam ad carnem Christi” (“Ad Philad.” 4, 1); tb. S. Agostinho: “In illis quae aperte in Scripturis posita sunt inveniuntur

omnia quae continent fidem moresque vivendi” (“De doctrina christiana”, II, 14; PL 34, 42).

(16) O A. se reporta aos seguintes textos escriturísticos: I Tess. 1, 1; I Cor. 2, 4; Rom. 2, 16; II Cor. 4, 3; I Tess. 2, 13; II Cor. 5, 20.

velador e a Revelação. Com o que não se anula, ou se torna menos estimável o aspecto doutrinal, valorizado como sinal eficaz da Fé, como meio realmente capaz de nos pôr em vivo contato com Cristo vivo, pois é palavra sua, palavra poderosa pelo poder de Deus.

IV) Conclusão.

Tendo, muito embora, angustiações diversas, as três obras examinadas coincidem fundamentalmente. A atual teologia da Revelação assume a visão cristocêntrica, fortemente recomendada pelo Concílio Vaticano II (cf. "Optatam totius" n.º 16), por ser Cristo a viva e acabada expressão do Pai. Esta teologia entende o aspecto doutrinal como intrínseco ao processo revelador, porque Deus se revela pelo Seu Verbo feito ho-

mem a homens, e o aspecto doutrinal está intimamente ligado ao modo de ser que nos é característico: tanto se considerarmos o modo de ser humano-individual (a palavra clarificando à inteligência sua mesma percepção), quanto o modo de ser humano-social (a palavra, elemento de intercomunicação pessoal plenificador, e elemento de coesão social) (17).

Os antigos meditavam sobre a "condescendência" admirável de Deus, de sua "pedagogia" magistral, e nós também refletimos respeitosos sobre sua fidelidade a si próprio, sobre sua consideração à sua mesma obra, o homem, agindo em tudo de modo adequado a ela, cuja estrutura e dinamismo não lhe podem escapar. Em verdade o Senhor fez em nós maravilhas.

(17) Uma excelente obra que estuda as relações entre linguagem e sociedade é a de SCHOEKEL, L.-A., S. J., "La

palabra inspirada — La Biblia a la luz de la ciencia del lenguaje", Herder, Barcelona, 1966.